

AS VÍTIMAS DAS GRANDES CATÁSTROFES SÃO normalmente os sectores mais pobres da população. E isso tem dois inconvenientes: o primeiro é serem as vítimas. O segundo é não poderem decidir da política de protecção civil, que é decidida pelas elites que raramente são atingidas.

As populações habituaram-se a aceitar com um certo sentido de fatalismo as calamidades e as suas consequências. Isso permite que o empenhamento e a responsabilidade das autoridades na resposta a esse problema central da segurança e da vida das populações seja sempre relativizado, tanto na prevenção como na acção.

A relação da sociedade com a protecção civil é de índole muito diferente daquela que tem com a defesa militar. Esta encontra-se envolta numa espécie de aura tecida pela gesta dos egrégios avós – parece que eram todos militares, pela glória sem mácula dos altos serviços prestados, nem que fosse a chacinar inocentes, e pela mitologia que rodeia a chamada defesa da Pátria. Por seu lado, a protecção civil é tratada com um grau de reconhecimento vulgar e encarada como coisa comestível e rotineira de que não se deve esperar muito e que mesmo assim nunca parece corresponder ao pouco que dela é esperado. Enquanto uma está fadada para ser exaltada faça o que fizer, a outra nunca faz mais do que a sua obrigação e já estamos habituados aos buracos do sistema. Coisa de civis.

De tal maneira assim é que a norma tem sido a de atribuir os altos cargos de direcção e coordenação da Protecção Civil a militares, como é o caso do Presidente da Alta Autoridade da Protecção Civil e outros altos postos de coordenação.

O “AZAR DOS CABRAIS”

A sociedade aceita sem grandes reticências que se gastem anualmente cerca de dois mil milhões de euros nas FAs. Porque a mitologia nacional lhe segreda que precisamos delas para nos defenderem do inimigo.

Ao contrário do que acontece com os militares e a Defesa Nacional (militar, pois claro!) os bombeiros e a protecção civil, graças à visibilidade quotidiana da sua acção ou inacção, estão sujeitos ao escrutínio permanente da sociedade e à crítica rotineira dos que são vítimas das falhas e insuficiências, materiais ou humanas, do sistema.

A fatalidade é a armadura protectora das políticas e opções para responder a acidentes, cheias, incêndios florestais, calamidades, catástrofes naturais ou tecnológicas.

Dizer que “os picos anómalos não são quantificáveis nem orçamentáveis” é jogar na desculpabilização dos poderes públicos, contra as exigências de uma sociedade moderna. Porque é obrigatório que se definam políticas públicas que tenham como prioridade o bem-estar geral

da sociedade. E, o que é vital, a protecção civil joga-se toda na prevenção: a quase totalidade dos edifícios que caíram nos sismos recentes em Itália não obedeciam às normas em vigor de construção anti-sísmica.

A probabilidade da ocorrência de catástrofes – um terramoto, um *tsunami* – é sempre admitida e integrada nos planos de protecção civil. Normalmente sem consequências práticas, porque o sistema funciona jogando na muito fraca probabilidade de que aconteçam.

Mas a mais improvável das probabilidades pode provavelmente acontecer amanhã. Porque é assim que se deve lidar com as probabilidades quando se trata da vida ou da morte de dezenas, centenas, milhares de pessoas, da destruição irreversível e dramática do património público e privado.

Na “defesa militar” planeiam-se operações fazendo o cálculo probabilístico aos mortos que irão custar. Na protecção civil tem de planear-se a prevenção e a acção em função do número de vidas que somos obrigados a salvar, todas se possível.

Uma *thin red line* parece separar a fruição da natureza e dos bens disponibilizados pelo progresso do desastre e da tragédia. Mas a linha não é assim tão estreita nem releva do imponderável. É uma larga faixa onde a vontade política e a organização social têm um papel decisivo.

PALAVRAS DOS SENHORES

A protecção civil tem funcionado contando com a convergência das mais variadas entidades vocacionadas quer para a prevenção, quer para o socorro, quer para o ataque às situações de acidente, desastre ou catástrofe. Um longo caminho tem sido percorrido até chegar à situação actual. Um primeiro passo na direcção certa foi dado, com a Lei Orgânica do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) de 25 de Março de 2003, que pretendeu dar coerência, coesão e unidade a todos os elementos que se conjugavam como podiam, com maior ou menor empenho e eficácia, para responder às necessidades de prevenção e resposta às mais diversas ameaças que surgem dentro do seu âmbito de actualção.

Depois o Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, “*veio proceder, no que concerne aos serviços centrais de natureza operacional do Ministério da Administração Interna, à reestruturação do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, que passou a designar-se Autoridade Nacional de Protecção Civil*”.

Finalmente o Decreto-Lei n.º 75/07, de 29 de Março, “*veio dotar a ANPC com um novo modelo de organização que assegura o exercício eficiente e oportuno das atribuições que lhe cumprem, no âmbito da previsão e gestão de riscos, da actividade de protecção e socorro, das actividades dos bombeiros e em matéria do planeamento de emergência*”. Palavras dos senhores.

Mas seis anos depois da saída da Lei Orgânica do SNBPC podemos dizer que algo de substancial mudou realmente? Por exemplo, podemos garantir hoje, nesta Lisboa moderna, resposta capaz a um sismo com ou sem maremoto, mesmo que com envergadura bem inferior

O ESFORÇO LEGAL E ADMINISTRATIVO DE NADA SERVE SE NÃO SE

ALTERAREM OS CONCEITOS BASE, SE NÃO SE MUDAR A ATITUDE

POLÍTICA E SE A PROTECÇÃO CIVIL NÃO PASSAR A SER ENCARADA

COMO UM SOFISTICADÍSSIMO SISTEMA DE SEGURANÇA EM ALTO GRAU

QUE VAI MOBILIZAR TODA A SOCIEDADE.

ao de 1755? As edificações sem segurança anti-sísmica estão a, ou vão ser objecto de obras que reduzam a sua vulnerabilidade? Todas as novas construções obedecerão às regras adequadas e tecnicamente avaliadas?

Quando ardem muitos milhares de hectares de floresta todos os anos, o Governo tem como objectivo 100 mil hectares/ano de área ardida até 2012 com o seu Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PN-DFCI). Este ambicioso projecto resume-se a alcançar a média dos últimos 25 anos, em que arderam cerca de 3 milhões de hectares numa regularidade tal que de catástrofe ambiental passou a ser um fenómeno natural.

Contudo os governos têm de ser confrontados com a exigência de se conseguir que os incêndios florestais devastadores voltem a ser uma raridade, graças à vida humana nos campos, à ocupação e normal limpeza da floresta, aos corta-fogos naturais constituídos pelos terrenos agricultados, à prevenção sistemática humana, técnica e economicamente apoiada.

A forma como ANPC se organiza, a diversidade, para não dizer divergência estrutural, doutrinária e até cultural das várias forças a coordenar permanentemente, a confusão que cria entre as forças de bombeiros e

protecção civil e as forças de segurança e mesmo militares, consegue frequentemente que o problema mais difícil de resolver em cada intrevenção seja conseguir a articulação, e até mesmo a simples comunicação, entre as diversas forças convocadas para a acção, em que os vários níveis e escalões de comando rivalizam em vez de cooperarem.

E a solução é invariavelmente a mesma: põe-se à frente um militar.

O esforço legal e administrativo de nada serve se não se alterarem os conceitos base, se não se mudar a atitude política e se a protecção civil não passar a ser encarada como um sofisticadíssimo sistema de segurança em alto grau que vai mobilizar toda a sociedade.

Tal exige uma concepção e doutrina completamente novas, com conseqüências profundas no enquadramento legal, na estrutura e na organização do ANPC, na política de pessoal e de meios. Exige mesmo uma viragem de fundo na cultura da defesa nacional, uma mudança de paradigma.

A defesa civil, vamos chamar-lhe assim para começar a conflitar com o paradigma actual, não pode responder à sua missão se se limitar à forma ANPC.

A LUTA CONTRA OS INCÊNDIOS FLORESTAIS

A defesa civil tem que organizar-se em torno de uma força com um grande grau de qualificação, especialização e homogeneidade que lhe permita grande eficácia e oportunidade de intervenção e que sustente a necessária flexibilidade e articulação com elementos especializados de áreas exteriores. Essa força civil já existe. Mas é diminuta para as necessidades, a sua qualificação exige permanente actualização e aprofundamento e, apesar da experiência que lhe confere uma eficácia surpreendente, é subalternizado no contexto geral das forças em presença.

É constituída nuclearmente pelos sapadores bombeiros e conta com os corpos de bombeiros profissionais e associações de bombeiros voluntários.

A massa fundamental de intervenção nas acções de protecção civil é, como se sabe, constituída pelos bombeiros. É neles que a eficácia superior da protecção civil tem de assentar.

Na GNR foram criados os GIPS, grupos de intervenção, protecção e socorro, que entre várias missões têm a de assegurar a primeira resposta aos alarmes de incêndio florestal, aquela que vai, pela sua maior ou menor rapidez e eficácia, decidir da vastidão, duração e gravidade dos incêndios. Não podemos deixar de perguntar porquê na GNR, se se trata de uma função eminentemente de protecção civil, acção de sapadores florestais, e não de segurança interna?

A luta e prevenção contra incêndios é, no âmbito da protecção civil, a pedra de toque que coloca em permanente stress todo o sistema e onde se pode aferir a eficácia do seu funcionamento, exigindo uma preparação

técnica e moral que é normalmente subestimada. A sua espinha dorsal deve assentar nos sapadores e na especialização de sapadores florestais que são notoriamente em número muitíssimo insuficiente. Por seu lado, os bombeiros profissionais, que são poucos, e os voluntários, que têm de enfrentar dificuldades que tantas vezes são levantadas nos locais onde trabalham, reduzindo muito a sua disponibilidade e operacionalidade, não podem continuar a ser submetidos a esforços que demasiadas vezes ultrapassam os limites da resistência humana, havendo que acabar com a grande rotatividade, que se tem revelado negativa. Os bombeiros devem assegurar a resposta normal na sua área de acção e serem empenhados, quando necessário, em apoio e reserva do trabalho altamente especializado dos sapadores.

A política de pessoal exige um processo rigoroso de selecção tendo em conta o elevado esforço físico e psicológico a que vai ser submetido. Por norma há que assegurar mais especialização, organização adequada, disponibilização dos meios necessários e sua correcta utilização, assim como simplicidade e eficácia das formas de coordenação e comando.

São estas as condições sem cuja efectividade real qualquer força de bombeiros não deve ser considerada operacional. Deficiente preparação pode levar ao praticismo e à tendência para abordar rapidamente e, a maior parte das vezes, precipitadamente, um incêndio, sem avaliação adequada e planeamento racional das acções. Isto será agravado se houver deficiente coordenação dos Centros Distritais de Operações com os agentes de protecção civil em cada distrito, resultando em planeamento deficiente, uso de técnicas desadequadas e má organização do trabalho.

A acção prática, mas que exige sólido suporte teórico, tem de defender-se da má avaliação e informação errada ou insuficiente e depende de instruções claras e precisas, exige sistemas de comunicações simples e eficazes até ao nível individual para assegurar a eficácia da acção e a protecção dos próprios bombeiros, e não pode contemporizar com a frequente descoordenação entre meios terrestres e entre estes e os meios aéreos.

Os meios aéreos, pelo comando do terreno que proporcionam, devem estar na primeira linha da vigilância e reconhecimento, assegurando a cobertura diária do território nacional, com maior incidência nas zonas consideradas de maior risco, durante o período crítico – tal não dispensa a guarnição dos postos de vigia terrestres, os meios de detecção tecnicamente avançados e já disponíveis, nem a acção dos guardas florestais –, sendo obrigatórios para o comando das operações de grande envergadura, através de PCV (posto de comando em voo).

PROFISSÃO, SAPADOR BOMBEIRO

A defesa civil exige uma base profissional permanente, caracterizada por muita dedicação e abnegação, mas acima de tudo por muito saber e experiência. Exige prática mas também muita teoria. Exige escola, académica e prática. Exige quadros altamente qualificados capazes não só de dirigir e formar os bombeiros profissionais mas também de potenciar a generosidade e entrega dos voluntários, assegurando a eficácia da sua acção própria e a sua integração em operações conjuntas. A defesa civil tem de estruturar-se e organizar-se para o combate de forma altamente qualificada.

Não é difícil concluir da necessidade de uma política sustentada de recrutamento para bombeiros sapadores

profissionais, que deve começar desde logo, e sempre, junto dos voluntários mais jovens, mas desenvolvendo uma efectiva política de chamamento à juventude para seguir a carreira de sapador bombeiro.

Tal exige propaganda, incentivos e garantias de uma profissão socialmente segura e prestigiada, o que começa no reconhecimento social e institucional e vai até ao orçamento.

Só com este entendimento e a concretização de tais objectivos, os próprios critérios de nomeação das chefias estarão bem clarificados, de acordo com os estatutos e a natural hierarquia de uma carreira profissional.

A complexidade de que se reveste hoje a necessária organização e actuação da ANPC, assim como a necessidade de articulação e uniformização de processos, meios e doutrina, correspondendo ao comando e acção unificados, exigem uma atitude conceptual e uma prática totalmente inovadoras. Objectivamente, os governos sentem essa necessidade mas não são capazes de assumir a responsabilidade de trilhar o novo caminho: a mudança do paradigma da defesa.

No mundo moderno a sociedade exige do Estado garantias de segurança face ao crime, ao terrorismo, aos cataclismos naturais e desastres da mais variada índole, incluindo os incêndios florestais e, agora, de forma particularmente acentuada, perante a ameaça crescente decorrente das alterações climáticas.

Existe já a consciência clara de que a única guerra que temos de travar e nos deve mobilizar é em defesa das pessoas, das culturas e das matas, dos bens e património, privados e colectivos.

Cada pessoa que morra, cada prédio que caia, cada floresta que arda, enquanto não tivermos a certeza que

**AS PRIORIDADES DA DEFESA DEVERÃO FOCAR-SE NA DEFESA CIVIL,
O QUE ACARREARÁ COMO CONSEQUÊNCIA ADICIONAL
E ALTAMENTE POSITIVA, A CRIAÇÃO DE FORTES DINÂMICAS
NA PRÓPRIA ECONOMIA, NO SERVIÇO PÚBLICO, NOS TRANSPORTES,
NA SAÚDE E NO ENSINO.**

a prevenção e o socorro tiveram e têm toda a atenção e meios necessários, será um crime sem justificação nem desculpa.

Está na ordem do dia a necessidade de delinear uma nova visão e concretizar uma nova resposta para esta área crucial da vida colectiva, dando prioridade absoluta à defesa das vidas, dos bens e do património.

CHEGOU A HORA DA DEFESA CIVIL

Encarar a hipótese de catástrofe responsabilmente obriga-nos a prevenir e responder *just in time*, com graus de prontidão e eficiência determinados pelo estudo e monitorização dos fenómenos e não pela irresponsabilidade orçamental ou burocrática.

Normalmente, a resposta a uma situação de catástrofe, pela surpresa e pelo “inesperado”, porque se trata de uma situação extraordinária, é desencadeada com recurso a meios extraordinários e sempre insuficientes e normalmente em situação de stress social e de sensação de impotência.

A catástrofe natural arrasta consigo um factor desculpabilizador estrutural: somos muito pequenos perante a força da mãe natureza!

O reconhecimento da centralidade da defesa civil é, pois, um imperativo categórico.

As prioridades da defesa deverão focar-se na defesa civil, o que acarretará como consequência adicional e altamente positiva a criação de fortes dinâmicas na própria economia, no serviço público, nos transportes, na saúde e no ensino, com exigências de prevenção, qualificação e rigor particularmente acentuadas na construção civil, no ordenamento do território, na florestação e na urbanização. Decorre ainda a vantagem de o alargamento do recrutamento para agentes da defesa civil se integrar no combate ao desemprego, concorrendo vantajosamente com o aliciamento de jovens mercenários para Obama, que se disponibilizam para irem para a Bósnia e o Afeganistão.

O peso da defesa militar, que impõe despesas pesadas e parasitárias orientadas para objectivos cada vez mais questionáveis como a permanência na NATO e a participação nas criminosas guerras do império, deve ser revisito em profundidade e substancialmente reduzido para, num orçamento necessariamente limitado, reorientar a despesa no sentido da satisfação das reais necessidades da sociedade e do país.

O “conceito estratégico de defesa nacional” ou passa por aí ou limita-se a encanar a perna à rã ao sabor de doutrinas militaristas que exigem prioridades totalmente desadequadas às necessidades que o mundo actual nos coloca concretamente enquanto sociedade organizada. O próprio combate ao terrorismo, já não há dúvidas quanto a isso, não passa pela acção militar, pelo contrário, esta só agrava a ameaça; mas exige sofisticados e eficazes serviços de informação, cooperação estratégica e tática nesse âmbito e acção policial específica, inserindo-se claramente no próprio âmbito da defesa civil.

Uma futura “Lei de Programação de Defesa Civil” prevendo, entre outros já referidos, corpos aéreo e naval da defesa civil, integrando os necessários meios de evacuação em estreita articulação com o SNS, combate a incêndios, socorro a naufragos e um grupo nacional de nadadores-salvadores em permanência, dar-nos-á a satisfação de vermos a utilidade do dinheiro orçamentado.

Isso implica que a defesa civil passe a ser tida como axial e prioritária na estruturação e organização da defesa nacional, impondo a criação de carreiras de defesa civil, com hierarquia própria e escola – prática e academia – que assegure autonomamente a preparação adequada, e em número suficiente, dos seus comandos, quadros e agentes.

A força nacional de Defesa Civil será o eixo de uma estrutura em rede que integrará todos os meios e formas de participação e de voluntariado e passará pela formação e preparação individual e colectiva dos cidadãos e cidadãs no sentido de serem parte activa permanente da defesa civil.

Claro que é muito difícil arrostar com a resistência da tradição, dos interesses instalados.

Mas este é o caminho: classificação da defesa civil como primeira prioridade no campo da Defesa. Há que impor um novo paradigma cortando com os decorrentes da mistificação do mundo armado e das razões para uma boa guerra.